

Um estudo sobre funções docentes nas universidades privadas brasileiras e indicadores de qualidade

A study on the teaching roles in Brazilian private universities and quality indicators

Greice Scremin
greicescremin@yahoo.com.br

Silvia Maria de Aguiar Isaia
sisaia@terra.com.br

Resumo: Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa que teve como propósito analisar o perfil institucional/docente de professores do ensino superior em universidades privadas brasileiras, a partir dos indicadores de função docente disponibilizados pelo INEP/MEC. O foco do estudo consiste em estabelecer relações com a questão da qualidade da educação superior proposta pela bibliografia existente (Bertolin, 2007; Davok, 2007; Giolo, 2006). A abordagem metodológica utilizada para a realização do estudo foi quanti/qualitativa, considerando que a utilização dessa metodologia em diferentes etapas do estudo indica a possibilidade de desenvolvimento de diferentes estratégias para a análise dos dados, sejam elas assentadas em princípios de análise documental, seja em procedimentos estatísticos. A investigação concluiu que os indicadores de função docente, ao se restringirem apenas ao regime de trabalho, ao grau de formação e ao sexo desconsideraram os demais elementos constitutivos da própria definição de funções docentes apresentada pelo INEP. Portanto, os indicadores apresentados na base de dados fornecem uma contribuição que é parcial para a avaliação da qualidade do trabalho do professor. Desse modo, constata-se que esses indicadores, quando interpretados sob a óptica qualitativa, deixam lacunas na compreensão sobre o que é válido em termos de avaliação da educação superior.

Palavras-chave: ensino superior, indicadores de qualidade, funções docentes.

Abstract: The article's purpose is to analyze the teaching/institutional profile of professors of Brazilian private universities on the basis of the indicators provided by Brazilian government agencies (INEP/MEC). It discusses the related issue of the quality of higher education as proposed by the existing literature (Bertolin, 2007; Davok, 2007; Giolo, 2006). It is a result of a Master's dissertation developed in accordance with the Education Observatory Project. The approach used to conduct the study was quanti-/qualitative, as the use of this methodology at different stages indicates the possibility of developing different strategies for data analysis, either based on principles of documental analysis or on statistical procedures. As the indicators of the teaching roles are restricted to the labor regime, level of education and gender, they omit the other constitutive elements of the definition of teaching roles provided by INEP. Therefore, the indicators presented in the database offer a partial contribution to the evaluation of the quality of the work done by professors. The authors conclude that these indicators have gaps in the understanding of what is valid in terms of the evaluation of higher education interpreted from a qualitative point of view.

Key words: higher education, quality indicators, teaching roles.

Apresentando o estudo

Este artigo tem o objetivo de apresentar uma pesquisa realizada em nível de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, na Linha de Pesquisa Formação, Saberes e Desenvolvimento Profissional, no período de agosto de 2007 a agosto de 2009. A pesquisa tratou de dois fenômenos inseridos no campo educacional que estão muito próximos: a avaliação e a qualidade da educação superior brasileira. Neste caso, tratamos apenas das universidades classificadas como *privadas* pela base de dados do INEP/MEC, tendo como foco principal de análise os indicadores de *Funções Docentes* apresentados pelo sistema de avaliação da educação superior brasileira – SINAES.

O estudo realizado contribuiu com os objetivos levantados pelo projeto da RIES – Rede Sulbrasileira de Investigadores da Educação Superior – Núcleo de Excelência em Ciência, Tecnologia e Inovação CNPq/FAPERGS e o Observatório da Educação com o projeto: *Indicadores de Qualidade para a Educação Superior Brasileira* – Edital nº 001/2006/INEP/CAPE – 2006. O *Projeto Observatório da Educação* é um programa de fomento que visa ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de educação. Esse projeto tem como objetivo estimular o crescimento da produção acadêmica e a formação de recursos humanos pós-graduados, nos níveis de mestrado e doutorado, por meio de financiamento específico. Trata-se de uma parceria entre a CAPES e o INEP.

O estudo realizado justificou-se pela importância de relacionar a expansão/massificação do ensino

privado com a qualidade da educação superior privada oferecida nestes estabelecimentos de ensino. Não entramos, contudo, no mérito de fazer julgamentos sobre a qualidade da educação, mas sim estudamos como se dá a relação dos indicadores de qualidade existentes no aspecto das funções docentes da educação privada brasileira.

Os dados disponíveis sobre a educação superior brasileira podem representar um estímulo à reflexão sobre o panorama educacional geral do país. Sendo assim, a delimitação desse estudo circunscreveu-se às universidades classificadas como privadas¹ e à análise das funções docentes. Dessa forma, buscou-se trabalhar com os recortes possíveis que permitiram um exercício analítico dos dados disponíveis. Os dados forneceram a possibilidade de compreensão da realidade do sistema de avaliação da qualidade da educação superior no Brasil; desse modo, foi possível estabelecer conexões entre os referenciais bibliográficos estudados e as aplicações práticas das formas de avaliação, assim como das concepções sobre qualidade da educação.

Neste artigo, apresentaremos os resultados obtidos nessa pesquisa, bem como as discussões suscitadas a partir do confronto entre esses e as dimensões teóricas trabalhadas durante a pesquisa.

O percurso da pesquisa

O desafio deste estudo foi analisar o perfil institucional/docente dos professores das universidades privadas brasileiras, a partir dos indicadores de funções docentes disponibilizados pela base de dados do INEP/MEC através da base de dados do SINAES, fazendo as relações per-

tinentes com a qualidade do ensino oferecida por essas instituições em âmbito nacional. Buscamos, inicialmente, identificar o perfil institucional/docente de professores do ensino superior em universidades privadas brasileiras, quanto às funções docentes, e analisar em que aspectos esse perfil interfere na qualidade da educação superior do Brasil.

Outra etapa da pesquisa consistiu em analisar os conceitos e visões de qualidade propostos por autores e organismos internacionais sobre a educação superior, estabelecendo possíveis relações com o perfil de docentes das universidades privadas. E, por último, buscamos inferir possíveis indicadores de qualidade, a partir das funções docentes disponibilizadas pela base de dados do INEP/MEC.

A partir dos objetivos propostos, buscamos desenvolver relações teórico-práticas pertinentes no âmbito desta pesquisa, a partir de uma abordagem investigativa de cunho quali-quantitativo, trabalhada a partir de tabelas e gráficos gerados a partir da Planilha *Excel*. Contudo, seus resultados foram analisados em termos qualitativos, através de uma discussão que indicou as distorções, dificuldades ou êxitos do perfil levantado. A utilização de metodologias qualitativas e quantitativas em diferentes etapas do estudo indica a possibilidade de desenvolvimento de diferentes abordagens metodológicas, inclusive apoiadas por diferentes bases epistemológicas, sejam elas assentadas em princípios de análise documental, seja em procedimentos estatísticos.

A pesquisa foi desenvolvida tendo como fonte única de dados os arquivos disponíveis no site do INEP. A partir do contato com esse material, realizamos uma seleção de

¹ As instituições classificadas como Privadas subdividem-se em Particulares e Comunitárias/Confessionais/Filantrópicas.

informações que eram de interesse para o estudo e fizemos os cruzamentos de informação necessários para chegar às principais conclusões desse estudo. Para realizar os cruzamentos de dados, foram utilizadas planilhas e gráficos do *Excel*².

Desse modo, buscamos estruturar metodologicamente nossa pesquisa, com a intenção de explicitar, da melhor forma possível, os procedimentos adotados para a realização da pesquisa da forma mais clara possível. Tivemos a preocupação de manter a coerência entre as concepções adotadas em termos metodológicos e os procedimentos adotados para a concretização dos objetivos propostos neste estudo.

Delineamento teórico

A expansão do ensino superior pela iniciativa privada teve sua maior expressão na década de 90 no Brasil, porém, esse aumento das oportunidades de acesso ao ensino universitário não esteve diretamente centrado na qualidade do trabalho acadêmico. Essa é uma questão relevante, pois os indicadores de qualidade da educação superior possibilitam, muitas vezes, uma percepção otimista quanto à oferta do ensino superior, subentendendo uma igualdade de condições entre as instituições que constroem conhecimento e aquelas que o reproduzem.

Anísio Teixeira (1964) definiu a universidade como uma reunião de adultos experientes intelectual e profissionalmente com jovens em busca de formação e preparo para atividades dentro e fora dela e, ao mesmo tempo, a instituição voltada para o cuidado da cultura humana, uma vez que lhe cabe zelar e lavrar como seu campo especial de trabalho. Como

essa cultura constitui o equipamento maior da vida da própria sociedade, a sua responsabilidade por essa sociedade está sempre presente.

Dessa forma, Zabalza (2004, p. 182) considera que “hoje em dia, a educação superior já não é mais um privilégio social para poucas pessoas (normalmente provenientes da classe social média alta), mas que, com exceções, se transforma em aspiração plausível para camadas cada vez mais amplas da população”. Esse aumento da disponibilidade de acesso ao ensino superior pode ser, sem dúvida, atribuído, ainda que parcialmente, às instituições privadas que dão a oportunidade de ascensão social às camadas populares. Porém, Zabalza (2004) pondera que o processo de massificação se constitui como um empecilho na introdução de inovações porque, em instituições com grandes números de alunos, os professores e a própria instituição renunciam explicitamente ao ensino de qualidade, buscando apenas a “sobrevivência”. De acordo com GIOLO,

é provável que o agressivo jogo do mercado educacional crie ainda outros problemas para os docentes brasileiros. Na sensível crise financeira das instituições privadas, estão sendo emitidos sinais inequívocos de que os bons níveis salariais do setor privado, praticados, começarão a despencar de forma generalizada. Os impactos que isso terá sobre o sistema da educação superior brasileiro são difíceis de prever, mas é certo que não serão pequenos e nem localizados (2006, p. 45).

Essa é a grande problemática apresentada, a qualidade da educação superior em relação aos aspectos que a constituem, porém, surge

a questão da definição do termo *qualidade*.

Desta forma, o papel das IES é de considerável importância na preparação de novos profissionais para este cenário, a fim de responder às novas demandas sociais por qualidade, assim como a um conjunto de problemas e preocupações que passam a fazer parte do cotidiano das sociedades.

Trigueiro (2000) evidencia dois polos distintos; de um lado, as universidades públicas que concentram seus esforços em pesquisas para o desenvolvimento do país, porém têm mais dificuldade de adaptação às demandas e às transformações operadas no contexto social; de outro lado, as IES privadas, um tanto mais flexíveis e um tanto mais rápidas na adaptação ao ambiente social ampliado e às mudanças sociais.

A partir desse argumento, Trigueiro (2000) considera os problemas que decorrem para as IES particulares nesta adaptação a um modelo único. Há, assim, uma diminuição das possibilidades de atuação mais dinâmicas dessas instituições.

Assim, este autor suscita uma discussão relevante no contexto da avaliação institucional, pois ele nos faz pensar que a lógica predominante no campo do ensino superior brasileiro ainda é a das instituições públicas

o tratamento cientificista que preside suas práticas de ensino, pesquisa e extensão, que acabam por influenciar e nortear toda a Política deste setor da educação no País, atingindo as sistemáticas de avaliação e de reconhecimento de novos cursos (Trigueiro, 2000 p. 18).

² Para esse artigo decidimos não apresentar os gráficos na íntegra, pois o volume dessas informações é demasiado grande para a apresentação em forma de artigo, também não foi possível apresentar um recorte nesses dados, pois eles são complementares e não fariam sentido se apresentados de forma fragmentada (ver Scremin, 2009).

Dessa forma, é considerado problemático o nivelamento estabelecido entre todo o conjunto de instituições sem conhecer as especificidades de cada organização.

Para essa pesquisa, utilizamos como referência os anos de 2004, 2005 e 2006. A base de referência em termos de número de instituições está demonstrada no Gráfico 1. Dessa forma, a seguir, é apresentada a configuração das instituições de ensino superior no Brasil, divididas por regiões, pela base de dados no INEP/MEC nos anos de 2004, 2005 e 2006.

A partir dos dados apresentados no Gráfico 1, podemos perceber que há o maior número de IES na região sudeste do País; esse fato justifica-se, provavelmente, pela maior concentração populacional e consequente crescimento econômico desta região.

Nosso trabalho focalizou a análise nas IES classificadas como universidades que se caracterizam por serem instituições pluridisciplinares, assim como por terem, obrigatoriamente, em seu quadro docente, 1/3 de professores com titulação de mestrado e doutorado e 1/3 de professores em regime de trabalho integral (art. 52 da Lei 9394/96). As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, devendo obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Voltamos nossos olhares para as universidades classificadas como *privadas* pela base de dados no SI-NAES (particulares e comunitárias/confessionais/filantrópicas).

Qualidade da educação superior: conceitos e visões

A temática da qualidade em educação certamente é foco de inúmeras discussões e reflexões acerca do pró-

prio termo “qualidade”, pois, segundo diversos autores, trata-se de um conceito múltiplo e que se expressa através de juízos de valor. De acordo com Bertolin (2007), nas décadas de 1960 e 1970, a preocupação com a educação se dava, basicamente, no sentido quantitativo, e foi na década de 1980 que começaram a surgir, nos EUA e na Europa, as primeiras reflexões acerca da qualidade da educação.

Segundo Bertolin (2007), no espaço da educação superior, a qualidade é inexoravelmente reconstruída em função de um conjunto de especificidades das instituições de educação, tais como autonomia acadêmica e aspectos impeditivos de formalização das atividades acadêmicas e científicas. Portanto, no âmbito da educação superior, não se podem adotar plenamente os conceitos e os programas de qualidade originários da indústria e da iniciativa privada.

Já a expressão “qualidade em educação”, segundo Davok (2007), admite variadas interpretações. Segundo essa autora, uma educação de qualidade vai desde aquela que possibilita o domínio eficaz dos

conteúdos, ou aquela que possibilita a aquisição de uma cultura científica ou literária, até aquela que desenvolve a capacidade de servir ao sistema produtivo ou, ainda, aquela que promove o espírito crítico e fortalece o compromisso para transformar a realidade social.

Considerando a educação superior, tem-se utilizado o termo “qualidade” para justificar muitas coisas, entre elas reformas curriculares, projetos de pesquisa, conferências e congressos científicos, etc.

Porém, os estudos sobre a qualidade da educação superior tendem a apontar para a existência de diversos, diferentes e legítimos entendimentos para o termo que sempre pode variar no tempo e no espaço. Segundo Bertolin (2007, p. 155), “o fato é que o entendimento de qualidade é inexoravelmente subjetivo, porque depende fundamentalmente das concepções de mundo e de educação superior de quem o emite”.

Tendo discutido o conceito de qualidade da educação sob o argumento de alguns autores, surgiu a necessidade de se resgatar as visões da qualidade em educação propostas

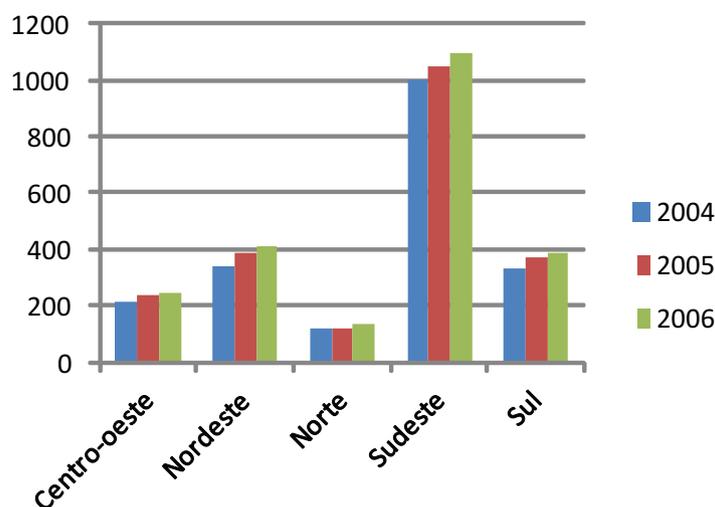


Gráfico 1. Número de IES por região (2004, 2005, 2006).
Graph 1. Number of IES by region (2004, 2005, 2006).

pelo INEP/UNESCO (2004) que consideram *qualidade* um conceito dinâmico, reconstruído constantemente, e Indicadores da Qualidade na Educação foram criados para ajudar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da qualidade da educação. Este é seu objetivo principal. Para a UNESCO, no Relatório Conciso sobre o Imperativo da Qualidade de 2004,

[a] definição de qualidade: Dois princípios caracterizam a maior parte das tentativas de definir a qualidade na educação: o primeiro deles identifica o desenvolvimento cognitivo dos alunos como o grande objetivo explícito de todos os sistemas educacionais. Dessa forma, o êxito alcançado por um sistema com relação a esse objetivo é um dos indicadores de sua qualidade. O segundo dá ênfase ao papel da educação na promoção de valores e atitudes de cidadania responsável e no cultivo do desenvolvimento criativo e emocional. A consecução desses objetivos nos diferentes países é mais difícil de avaliar e comparar (UNESCO, 2004, p. 2).

De acordo com os fatores apresentados pela UNESCO, percebemos a educação como um processo a ser construído; logo, a qualidade desse processo irá depender de características anteriores, atuais e posteriores ao processo. Também entendemos que esse processo ocorre inserido em um contexto que é relevante para o sucesso das ações realizadas, assim como as particularidades dos sujeitos envolvidos nele.

Avaliação da qualidade da educação superior

Legalmente, a LDB 9394/96 (art. 9º, Inc. VI) explicitou a responsabilidade da União em “assegurar o processo nacional de avaliação da educação superior com cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino”.

No caso brasileiro, a avaliação da qualidade da educação superior se dá através do SINAES que segue os seguintes princípios: responsabilidade social; reconhecimento da diversidade; respeito à identidade, à missão e à história das instituições; globalidade da instituição e utilização articulada de um conjunto de indicadores; avaliação com finalidade construtiva e formativa; continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional.

É a partir desses princípios que podemos inferir a visão de qualidade em educação estabelecida pelo INEP/SINAES, pois, quando avaliamos um curso superior, queremos saber de sua eficiência, queremos saber se ele está funcionando dentro das expectativas que se têm para a formação do profissional. Estamos analisando variáveis, tidas como certas, que medem a qualidade do ensino oferecido. Variáveis essas que, se supõe, já tenham sido testadas e que podem nos oferecer uma boa margem de segurança na avaliação a que procedemos. Contudo, essa variedade nos padrões de medida de avaliação tem seus limites, além de, necessariamente, só se poder concluir a informação que se precisa quando da análise de todo o processo, o que não vem ocorrendo.

O conceito de avaliação que se constituiu nos estudos e reflexões da Comissão Especial de Avaliação (CEA) tem como ideias centrais, entre outras, as de integração e de participação – conceitos fundamentais para a construção de um sistema de avaliação capaz de aprofundar os compromissos e responsabilidades sociais das instituições, bem como promover os valores democráticos, o respeito à diversidade, a busca da autonomia e a afirmação da identidade.

A avaliação da qualidade da educação superior assume, assim, a responsabilidade de identificar de que forma o ensino superior tem

dado resposta à sociedade que o mantém. Portanto, percebemos que o ensino superior, além da equidade e da acessibilidade (quantidade), deve também ser de qualidade.

O Decreto nº 3.860/2001 atribuiu ao INEP a responsabilidade de organizar e executar a avaliação de cursos de graduação e das IES. De acordo com o SINAES, uma das críticas mais constantes feitas às práticas avaliativas vigentes trata do uso de instrumentos aplicados a objetos isolados e que conduzem a uma visão parcial e fragmentada da realidade. Assim, eles não estariam dando conta da riqueza e da complexidade da educação, nem do sistema e tampouco de uma instituição educativa.

Para uma melhor interpretação desse grande conjunto de informações disponíveis, elas foram subdivididas em oito principais variáveis com as quais o censo trabalha: instituições; cursos; matrículas; vagas, inscritos, ingressantes e concluintes; funções docentes; funções técnico-administrativas.

Desse modo, o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira configura-se como um órgão que mais tem se desenvolvido na construção de indicadores e bases de dados que vêm a subsidiar os estudos avaliativos. A criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), através da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, representou um marco na história da avaliação da educação superior brasileira. O novo sistema, que instituiu de forma integrada a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, estabeleceu igualmente que a avaliação das instituições deveria considerar necessariamente as dez dimensões definidas em lei e que têm dois momentos: a autoavaliação, a ser coordenada por Comissões Próprias de Avaliação (CPA), e a

avaliação externa, realizada por comissões de docentes atuantes na educação superior, devidamente cadastrados e capacitados.

As funções docentes como indicadores de qualidade: análise e discussão dos achados

Muitos docentes brasileiros atuam em mais de uma instituição; por isso, quando analisamos as informações segundo o ponto de vista da vinculação institucional dos professores, o adequado é referirmo-nos às funções docentes e não propriamente aos docentes. Nesse sentido, o número de funções docentes e o número dos docentes coincidem apenas quando a instituição é tomada individual e isoladamente. Quando analisamos dados gerais do país ou agregados por estado, por região, por categoria administrativa, por organização acadêmica, entre outros, os números das funções docentes são superiores aos dos docentes, tendo em vista, justamente, essa vinculação de alguns docentes a mais de uma instituição.

As funções docentes como indicadores de qualidade da educação que se encontram disponibilizadas nas sinopses e estatísticas do INEP estão divididas em: número total de funções docentes (em exercício e afastados), por organização acadêmica e *grau de formação*, segundo a unidade da federação e a categoria administrativa das IES; número total de funções docentes (em exercício e afastados), por organização acadêmica e *regime de trabalho*, segundo a unidade da federação e a categoria administrativa das IES; número total de funções docentes (em exercício e afastados), por orga-

nização acadêmica e *sexo*, segundo a unidade da federação e a categoria administrativa das IES. Esses dados estão disponibilizados em números no nível nacional (Brasil), no nível regional (regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste, Nordeste e Sul), assim como no nível estadual, apontando especificamente as peculiaridades de cada local analisado.

Com o objetivo de analisar os dados referentes às instituições classificadas pela base de dados do SINAES como *universidades privadas*, oferecemos um comparativo entre essas instituições e as instituições classificadas como *universidades públicas*. Tomamos a decisão de fazer um comparativo entre essas IES, tendo em vista que o conjunto de informações que estamos apresentando somente faz sentido a partir da comparação com os dados das universidades públicas. Também justificamos nossa opção levando em consideração que o modelo de avaliação instituído em nosso país que leva em conta, como já mencionamos anteriormente, a configuração das instituições públicas. A fim de trazer um conjunto de informações mais sólido para a análise nessa pesquisa, recorreremos aos dados dos anos de 2004, 2005 e 2006³.

Vimos, a partir do desenvolvimento teórico dessa pesquisa, que a questão qualidade não pode ser analisada de forma dissociada da pertinência da educação superior, tendo em vista que a qualidade não é um atributo abstrato e sim que deve ser comparada a outros padrões de referência (Leite *et al.*, 2000). A partir dos conceitos e visões de qualidade apresentados neste trabalho, podemos observar que a proposição de indicadores que possam medir qualidade

da educação é um tanto complexa, pois há a necessidade de haver coerência entre o conceito de qualidade adotado pela instituição responsável pela mensuração da qualidade e os indicadores por ela propostos.

Como podemos ver anteriormente, o INEP considera qualidade como um conceito dinâmico, e os indicadores de qualidade teriam a função de colaborar na avaliação e melhoria da qualidade da educação. Dessa forma, retomamos os dois princípios que caracterizam a definição de qualidade na educação para a UNESCO/INEP: o primeiro trata do desenvolvimento cognitivo dos alunos e o segundo trata da promoção de atitudes e valores de cidadania. A questão que nos colocamos no final deste trabalho é: como está estabelecida a relação dos indicadores de função docente (grau de formação, regime de trabalho e sexo) com essa concepção de qualidade considerada pela instituição que faz a avaliação da qualidade da educação superior em nosso país?

Outro aspecto importante de salientar é o que o INEP entende por funções docentes no plano conceitual e como esse conceito se aplica em termos práticos na formulação dos indicadores de funções docentes. O INEP considera funções docentes como uma função educativa, diretamente ligada ao processo de ensino-aprendizagem, que exige formação pedagógica e prática de ensino.

Desse modo, podemos compreender o indicador de função docente denominado *Grau de Formação*, pois esse, como vimos anteriormente, exige certa formação para a docência superior; no entanto, não estabelece a formação pedagógica como requisito no processo formativo docente. Remetemo-nos, assim,

³ O ano de 2007 não foi incluído nessa pesquisa; no entanto, já se encontra disponível no site do INEP.

aos nossos referenciais teóricos que tratam justamente da formação para a docência superior balizada por uma formação na área específica de ensino atrelada a uma formação pedagógica em sentido mais amplo.

Desse modo, voltamos nossos olhares para a discussão da qualidade do processo formativo do professor universitário que se caracteriza, segundo Isaia e Bolzan (2008, p. 513), por um “processo sistemático, organizado e auto-reflexivo”. Ainda de acordo com essas autoras, a qualidade do processo formativo precisa considerar a especificidade própria da educação superior, compreendendo seu estatuto epistemológico e metodológico, que é qualitativamente diferente da educação básica.

Ainda considerando o conceito de funções docentes proposto pelo INEP, resgatamos o indicador de *regime de trabalho* que possibilita um panorama sobre as condições de trabalho dos docentes nas IES públicas e privadas do país; no entanto, não está abarcado no conceito proposto anteriormente. O regime de trabalho dos docentes universitários, sem dúvida, demonstra as condições de trabalho com as quais se deparam os professores, principalmente das IES privadas, muitas vezes com uma carga de trabalho muito grande o que impossibilita um processo de ensino-aprendizagem aliado a um processo de reflexão contínua por parte do docente.

Quanto ao indicador *sexo*, esse constituiu-se como nossa maior incógnita na pesquisa, pois resgatamos os conceitos de indicadores de qualidade e de funções docentes para que possibilitassem maior entendimento sobre os dados que encontramos. Consideramos o indicador *sexo* como um levantamento diagnóstico sobre a situação do quadro docente do ensino superior; entretanto, entendemos que ele não define atributos de qualidade.

Resgatando o nosso objetivo central dessa pesquisa de traçar um *perfil* institucional/docente de professores do ensino superior em universidades privadas brasileiras, quanto às funções docentes, encontramos o seguinte:

- no decorrer dos três anos, podemos perceber que a maioria dos professores, tanto nas particulares como nas comunitárias, confessionais e filantrópicas, tem a formação de *mestre*; aumentou o nível de formação dos docentes para a atuação na profissão de um ano para o outro. Este fato pode ser entendido tanto a partir de contratações de docentes mais qualificados, como pela busca da pós-graduação por parte dos professores já empregados. Como já explicitamos anteriormente, a dinâmica de contratações possível nas IES privadas possibilita um aumento muito rápido do nível de formação do seu quadro de professores; dessa forma, chamamos a atenção para a situação do docente que trabalha sem estabilidade, isto é, depara-se com a possibilidade da demissão constantemente em sua vida;
- os professores das universidades privadas brasileiras são, em sua maioria, contratados sob um regime de trabalho *horista*, o que permite a esses docentes a dedicação para a docência em diversas instituições, pois, segundo o Cadastro Nacional de Docentes de 2005.1, embora em média 86,3% ministrem aulas em apenas uma IES, é significativo registrar que (a) 31.514 docentes atuam em mais de uma instituição; (b) 4.840 atuam em três ou mais de três IES; e (c) 730 docentes atuam em quatro ou mais instituições. Esse regime de trabalho nos indica também uma realidade desse profissional que tem uma relação com a qualidade do trabalho que ele desempenha,

pois o professor se transforma em um mero “tarefeiro” que não tem tempo de refletir nem sobre a sua prática docente nem sobre as suas condições de trabalho;

- esses professores são, em sua maioria, do sexo *masculino*. Ainda que a predominância sobre o sexo feminino não seja expressiva, o ambiente da universidade acaba retransmitindo experiências e obstáculos que homens e mulheres enfrentam na sociedade em geral.

Sendo assim, permitimo-nos concluir que os indicadores de qualidade da educação são estabelecidos mais fortemente, a partir de matizes políticas que levam em conta a necessidade de regulação, mais do que a avaliação como instrumento para a melhoria da qualidade do ensino oferecido, com indicadores estabelecidos a partir de correntes teóricas coerentes. Assim, o mecanismo de avaliação é suplementado por uma série de outras informações que podem ser obtidas através de agências de fomento, revistas renomadas, programas de ensino e pesquisa financiados, assim como pela avaliação dos pesquisadores das IES.

Entendemos, ainda, que todos os processos de avaliação pelos quais a educação está sujeita a passar ainda não consideram a dimensão pessoal dos sujeitos envolvidos nos processos educativos, pois, basicamente, estamos tratando de professores e alunos, e as preocupações da avaliação, seja ela voltada para a regulação ou para a melhoria efetiva da qualidade, precisam ser pautadas em princípios humanos.

Conclusões

A partir dos achados teóricos e das concepções sobre funções docentes, entendemos que os três indicadores que representam as “funções docentes” são demasiadamente rudimentares quando comparados à

complexidade exposta no conceito que o INEP adota para esse indicador. Desse modo, os indicadores de qualidade da educação superior brasileira podem avaliar a dimensão profissional docente, mas não as pessoas efetivamente envolvidas, tendo em vista a sua subjetividade. Sendo assim, os indicadores de função docente (regime de trabalho, grau de formação e sexo) têm uma contribuição que é parcial sobre a avaliação da qualidade do trabalho do professor. Entendemos ainda que esses indicadores, quando interpretados, deixam lacunas no entendimento sobre o que é válido em termos de avaliação da educação superior e o que não é.

Como podemos ver anteriormente, em nossa pesquisa, a avaliação em nosso país está pautada em um modelo de universidade pública e federal, e esse modelo muitas vezes não condiz com a grande maioria das instituições de ensino superior que temos. Como vimos, as IES privadas são em maior número em nosso país, justamente para atender a uma demanda de alunos que são excluídos do ensino público. Dessa forma, reforçamos o argumento de que o sistema de avaliação precisa ter uma base comum, que seriam os indicadores quantitativos, e uma parte qualitativa, que vai estabelecer se determinada instituição tem qualidade levando em conta seu contexto e a realidade da comunidade em que está inserida.

Sabemos, por exemplo, que há regiões de nosso país em que a possibilidade de formação universitária é algo distante da maioria da população; logo, um professor que tenha o grau de especialização poderá, sem dúvida, compor o quadro de docentes de uma IES local e oferecer certa qualidade no processo de ensino-aprendizagem. Já em locais considerados centros de excelência em ensino e pesquisa, o grau de for-

mação dos professores da instituição será maior. Com isso, não queremos negar uma educação de qualidade para algumas comunidades, mas sim valorizar as IES dentro das suas especificidades.

A proposição de novos indicadores de qualidade para a educação superior obviamente é um desafio, pois acreditamos que a educação, que é um processo qualitativo, não pode ser avaliada por critérios unicamente quantitativos. Desse modo, acreditamos que a avaliação da qualidade da educação superior poderia ser, de fato, melhorada, a partir do acréscimo de informações qualitativas ao sistema de coleta de informações. Poderiam ser criados indicadores subdivididos em quantitativos (objetivando um diagnóstico) e qualitativos (objetivando as especificidades individuais e institucionais).

Não desconsideramos, de forma alguma, a importância dos dados quantitativos para essa avaliação, tendo em vista que eles se constituem como instrumentos eficientes no levantamento diagnóstico sobre a situação da nossa educação superior. No entanto, acrescentaríamos indicadores qualitativos justamente com o objetivo de desvendar, de forma mais específica, quem são as instituições que estamos avaliando, em que contexto estão inseridas, assim como quem são os professores e alunos que nelas estão.

Sendo assim, por considerarmos que os sistemas de indicadores têm sido um dos instrumentos mais importantes e utilizados em âmbito mundial para estudar e analisar o desenvolvimento, o desempenho e a qualidade dos sistemas nacionais de educação, é que desenvolvemos este estudo com o intuito de preservar as ações com resultados positivos e propor mudanças, quando necessárias, no âmbito da avaliação da qualidade dos sistemas de educação.

Referências

- BERTOLIN, J.C.G. 2007. Indicadores em nível de sistema para avaliar o desenvolvimento e a qualidade da educação superior brasileira. *Revista Avaliação*, 12(2):309-331.
- BRASIL. 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.cefetce.br/Ensino/Cursos/Medio/Lei.htm>. Acesso em: 20/03/2009.
- BRASIL. 2001. Leis e Decretos. Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições e dá outras providências. Brasília, 10/07/2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3860.htm. Acesso em: 23/02/2009.
- DAVOK, D.F. 2007. Qualidade em educação. *Revista Avaliação*, 12(3):505-513.
- GIOLO, J. 2006. Os docentes da educação superior brasileira. In: D. RISTOFF; P. SEVEGNANI (orgs.), *Docência na educação superior*. Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (Coleção Educação Superior em Debate, vol. 5).
- ISAIA, S.M. de A.; BOLZAN, D.P.V. 2008. Formação docente: em busca de indicadores de qualidade. In: J.L.N. AUDY; M.C. MOROSINI (orgs.), *Inovação e qualidade na universidade*. Porto Alegre, EDIPUCRS, p. 510-525.
- LEITE, D.; TUTIKIAN, J.; HOLZ, N. (orgs.). 2000. *Avaliação e compromisso – construção e prática da avaliação institucional em uma universidade pública*. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 237 p.
- REDE SUL BRASILEIRA DE INVESTIGADORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (RIES). 2006. Indicadores de Qualidade para a Educação Superior Brasileira – Edital nº 001/2006/INEP/CAPES. Disponível online em: <http://www.pucrs.br/faced/pos/ries/observatorio/index.php>. Acesso em: 20/02/2009.
- SCREMIN, G. 2009. *As funções docentes e o perfil institucional de professores das universidades privadas brasileiras: em busca de indicadores de qualidade*. Santa Maria, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, 110 p. Disponível em: http://coralx.ufsm.br/ppge/Disserta%E7%E3o_Greice_S.pdf. Acesso em: 05/04/2012.

- SINAES. 2004. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2ª ed., Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 82 p.
- TEIXEIRA, A. 1964. A universidade de ontem e de hoje. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 42(95):27-47.
- TRIGUEIRO, M.G.S. 2000. *O ensino superior privado no Brasil*. Brasília, Paralelo 15/Marco Zero, 127 p.
- UNESCO. 2004. *Relatório Conciso: O imperativo da qualidade/Educação para todos*. Paris, UNESCO. 39 p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001373/137334por.pdf> Acesso em: 08/05/2009.
- ZABALZA, M.A. 2004. *O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas*. Porto Alegre, Artmed, 239 p.

Submetido: 29/03/2011
Aceito: 23/12/2011

Greice Scremin
Universidade Federal de Santa Maria
Programa de Pós-Graduação em
Educação, Prédio 16
Av. Roraima, 1000, Cidade Universitária,
Bairro Camobi
97105-900, Santa Maria, RS, Brasil

Silvia Maria de Aguiar Isaia
Universidade Federal de Santa Maria
Programa de Pós-Graduação em
Educação, Prédio 16
Av. Roraima, 1000, Cidade Universitária,
Bairro Camobi
97105-900, Santa Maria, RS, Brasil